

GESTÃO

Acompanhe as mudanças implementadas na Casa nesses 100 dias de gestão do ministro Felix Fischer

Cem dias de gestão

O dia 8 de dezembro, quando celebramos o Dia da Justiça, marcou também os 100 primeiros dias de gestão do ministro Felix Fischer na administração do STJ. Ao assumir a Presidência, foram estabelecidas 40 metas prioritárias para esses primeiros dias do mandato. As metas buscam a modernização da estrutura do Tribunal, a racionalização das condutas e a motivação dos servidores da Casa no desempenho de suas atividades.

De acordo com o ministro Fischer “O magistrado deve estar sempre atento às mudanças sociais e econômicas, para melhor reconhecer os anseios dos jurisdicionados e, principalmente, para ter a tranquilidade de trabalhar na missão de velar pela segurança e paz jurídicas”.

Coube à Assessoria de Modernização e Gestão Estratégica (AMG) a tarefa de amarrar todas as ações com o planejamento estratégico da Casa, identificar as áreas responsáveis por cada uma delas e colaborar com as unidades para que tudo fosse concluído a tempo e a contento.

Racionalizar

Uma das preocupações do ministro é a modernização do processamento eletrônico. Para ele, a grande disparidade entre a quantidade de processos que chega ao Judiciário e os feitos que um magistrado consegue solucionar demonstra a necessidade do aprimoramento constante do sistema.

Com esse objetivo, a Secretaria Judiciária (SJD) do Tribunal trabalha para instituir, em 2013, a obrigatoriedade do petiçãoamento em forma eletrônica. Mensalmente, o STJ recebe a média de 45 mil petições incidentais. Desse total, apenas 25% chegam por meio digital – volume que ainda está aquém do desejado, afirmou a Coordenadoria de Protocolo de Petições e Informações Processuais.

Além disso, já está em funcionamento, em caráter experimental, um projeto de integração eletrônica entre a Procuradoria-Geral da República e o STJ. A proposta é que os documentos entre as duas instituições sejam encaminhados por meio eletrônico, buscando a racionalização dos processos.

Motivação

Preocupado em ampliar a motivação profissional no ambiente do STJ e estimular a produtivida-



de dos servidores, o ministro Felix Fischer instituiu uma série de ações e projetos para o público interno.

A Semana do Servidor e os projetos voltados para a saúde física e mental da sua equipe, como as oficinas de gerenciamento de estresse e os chats para a saúde do homem e da mulher são alguns exemplos.

Outra ação da Secretaria de Serviços Integrados de Saúde (SIS), que contou com 514 inscritos, foi o programa de reeducação alimentar STJ de Olho na Balança. A meta era que cada participante emagrecesse 5% de seu peso inicial ou o necessário para atingir o Índice de Massa Corpórea adequado. Resultado: o Tribunal perdeu mais de uma tonelada!

O STJ também se ajustou à lei 5.010/66 e alterou o feriado de fim de ano. Agora, segundo o texto da lei, “serão feriados na Justiça Federal, inclusive nos tribunais superiores, os dias compreendidos entre 20 de dezembro e 6 de janeiro, inclusive”.

De acordo com a Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP), a amplia-

ção do feriado de fim de ano não é uma benesse, mas uma forma de igualar o STJ à situação do próprio CNJ, do Tribunal Superior do Trabalho, do Tribunal Superior Eleitoral e do Superior Tribunal Militar.

Além disso, os estagiários, tanto os de nível médio quanto os de nível superior, tiveram aumento na bolsa. “A bolsa do STJ era a menor no âmbito dos tribunais superiores. O que fizemos, na verdade, foi

uma recomposição de valores. Foi uma medida que surtiu bastante efeito”, observou a SGP. O último processo seletivo para estágio no STJ, realizado em 27 de outubro, teve 8.051 inscritos.

Pequenas mudanças também foram realizadas na estrutura física do Tribunal. Os terminais bancários de autoatendimento foram realocados em pontos no subsolo dos Plenários, na Central de An-

tendimento e no edifício da Administração, trazendo mais comodidade aos usuários.

STJ e o público externo

O projeto Infovia, que trata da interligação do STJ a uma rede de dados que integra os tribunais do país, foi ampliado. De acordo com a Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (STI), “o STJ é o maior usuário dessa rede, pois os processos eletrônicos encaminhados pelos tribunais do país utilizam a Infovia”.

O Tribunal também está preocupado com o bem-estar dos profissionais que vêm à Corte, seja em busca de informação ou da prestação jurisdicional, fato que motivou a instalação de um Comitê de Imprensa, no térreo do edifício dos Plenários, e de uma unidade avançada da Sala dos Advogados, no segundo andar do edifício da Administração.

Para o ministro Felix Fischer, a criação do Comitê de Imprensa, inaugurado em meados de novembro, é um reconhecimento e uma dignificação à tarefa de informar, que ele considera indispensável à cidadania em uma sociedade democrática.

Mais uma novidade: os advogados que militam com frequência no Tribunal, atuando em pelo menos três processos e fazendo seis ou mais visitas mensais, podem requerer crachá permanente com foto, para uso exclusivo nas dependências do Tribunal. O documento, válido por um ano, poderá ser renovado por igual período.

Daniela Veloso
dveloso@stj.jus.br

O Dia da Justiça, 8 de dezembro, foi instituído pelo presidente Getúlio Vargas, com a Lei 1.408, de 9 de agosto de 1951, e teve o intuito de prestar uma homenagem ao Poder Judiciário. Para os ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ), a data, comemorada em todo o território nacional, deve ser reverenciada com uma reflexão por parte dos juízes sobre seu papel no mundo contemporâneo.

“Temos de aplicar o ordenamento jurídico, as regras pertinentes, mas nunca esquecer o lado humano das coisas. O principal na nossa atividade é a pessoa dedicar-se, de corpo e alma, ao acerto da prestação jurisdicional.” avalia o ministro Felix Fischer, presidente do STJ.

Para o ministro Arnaldo Esteves Lima, a reflexão sobre o significado social da justiça, entendida como a prestação jurisdicional do estado, é o que evoca especificamente tal data. “A realização de justiça há de ser diuturna. A data especial enfocada, no entanto, convida-nos a um especial aprofundamento em seu sentido e alcance, qual seja, a busca da paz social”, diz ele.

“Nessa data festiva, temos de reafirmar o compromisso de fazer com que o Poder Judiciário, em sua missão constitucional, seja um instrumento de pacificação social”, afirma o ministro Humberto Martins. E acrescenta: “Sem justiça, não há cidadania; sem cidadania, não há estado democrático de direito.”

Comunicação em tempo hábil

Praticidade, rapidez e comodidade. Estes são os atributos que caracterizam o serviço prestado pelo aplicativo para iPhone, criado pela Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (STI) do STJ. O dispositivo, que é o primeiro desenvolvido por servidores do Judiciário a ser aprovado pela Apple Store, foi disponibilizado ao público em outubro deste ano, e permite pesquisar informações processuais em um equipamento que cabe na palma da mão.

“O objetivo do aplicativo é dar a informação do processo ao usuário onde ele estiver, da forma mais simples possível. Se um advogado está, por exemplo, em uma reunião e necessita dar uma olhada em um processo, ele não precisa abrir um notebook e esperar o início do sistema para fazer uma consulta na internet”, explica Osmar Rodrigues de Souza,

servidor da Seção de Soluções para a Área Judicial (Sesaj/STI), um dos desenvolvedores do novo software.



Osmar Souza: “o STJ nas mãos dos cidadãos”

E para que isto aconteça não existem fronteiras. O usuário pode estar em qualquer lugar do mundo; basta ter um iPhone e estar conectado em uma rede 3G ou Wi-Fi para obter a informação que deseja. “As informações que o Tribunal presta já estão na web desde 2001. A grande diferença do aplicativo é que ele já está no formato do telefone e dá a informação mais facilmente, e ainda com alguns adendos que a web não traz, como o de poder gravar o histórico de processos consultados e marcar um processo em Favoritos”, acrescenta Osmar.

Esta primeira versão do programa permite que o usuário realize sua consulta de três formas: pelo número do registro, pela classe e número do processo, ou ainda pelo número único. “O aplicativo mostra também as decisões publicadas, o andamento do processo e as petições. A formatação do

sistema torna tudo muito mais fácil. O intuito é ter mais funcionalidades que não podem ser conseguidas no sistema de consulta web, conta Paulo Braga Filho, servidor da Sesaj.

Conhecimento e boas ideias

Entusiastas por tecnologia, os servidores da STI puseram a ideia do aplicativo em prática a partir das ferramentas de que já dispunham na realização das atividades diárias na unidade. “Comecei a fazer os desenhos, mostrei ao colega Paulo Filho, um programador com boas ideias, que se interessou por esta e, então, juntamos os conhecimentos e fizemos a aplicação”, relata Osmar.

“Aproveitamos o serviço de consulta que já havia sido feito para os terminais de autoatendimento e adequamos algumas funcionalidades para que fosse possível que a consulta pudesse ser feita pelos smartphones”, acrescenta Paulo Filho.

A Seção de Soluções para a Área Judicial da STI desenvolve os aplicativos para a área judiciária

do Tribunal, como processamento, deslocamento de processos, entre outros. “Temos bom conhecimento do trâmite dos autos, o que facilitou a criação do aplicativo”, acrescenta o servidor, que ressalta: “Tem toda uma infraestrutura que dá apoio ao Sistema Justiça e outras que estão sendo usadas neste aplicativo”, relata Osmar.

O software foi apresentado no final do ano passado ao então secretário da STI, que aprovou a ideia. A nova administração assinou embaixo e mandou continuar os procedimentos para fechar o produto.

Apesar de o formato do aplicativo ter sido elaborado especificamente para iPhone, ele também pode ser executado em iPads.

Segundo a STI, quase 500 pessoas já baixaram o aplicativo, dentro e fora do Brasil. É o STJ usando a tecnologia em prol da sociedade.

Márcia Romão
romao@stj.jus.br

RESPONSABILIDADE

Consumo consciente e colaborativo contribui para diminuição de custos

Economia de gastos

Diferença de mais de 30%. Uma significativa redução dos gastos para manter o bom funcionamento da casa. Faça as contas: R\$ 5.152.400 gastos até outubro deste ano, com estimativa de que chegue a R\$ 8 milhões em 2012, contra cerca de R\$ 12 milhões em 2009.

Essa redução só está sendo possível (e o gerúndio é usado aqui pela continuidade da ação) porque o Programa de Responsabilidade Socioambiental do STJ tem uma meta estabelecida desde 2009 para a redução de gastos. O objetivo é atingir todas as áreas do Tribunal para a conscientização e o bom uso dos recursos naturais e materiais utilizados no ambiente de trabalho, como a gestão sustentável da água, suprimentos e almoxarifado, da energia elétrica e a gestão dos resíduos.

Até o final do ano, a Meta 6 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) estabelece que os tribunais devem reduzir em pelo menos 2% o consumo per capita de energia elétrica, telefone, papel, água e combustível. A ideia, ao estabelecer essa meta, é estimular os tribunais a criar procedimentos que reduzam o consumo desses insumos e serviços em razão de dois aspectos: o ambiental e o financeiro.

E, para melhorar esse resultado, o Programa de Responsabilidade Socioambiental do STJ fez em 2009 um levantamento de dados para acompanhar o que é consumido no Tribunal. A coordenadora do Programa de Responsabilidade Socioambien-

tal, Ketlin Feitosa, explica como é feito esse levantamento: “Nas campanhas que realizamos em parceria com a Coordenadoria de Suprimentos e Patrimônio (CSUP), nós levantamos os dados de consumo. A unidade nos fornece uma planilha de consumo com todo o material que ela usou. Com base nessas informações, montamos apresentações para cada unidade, mostrando aquilo que mais foi gasto. O objetivo é envolver o Tribunal, com a inserção dos gestores e servidores na conscientização do consumo. O consumo tem de ser colaborativo, todos tem de participar. Quem faz esse número diminuir ou aumentar é o conjunto de servidores de cada unidade, porque são eles que consomem”.

Esplanada Sustentável

A proposta da economia de gastos possibilita ao STJ a participação no Projeto da Secretaria de Orçamento Federal, conhecido como Esplanada Sustentável, programa que incentiva órgãos federais a praticar a sustentabilidade e a usufruir dessa prática. O objetivo é a melhoria da eficiência no uso racional dos recursos públicos e a inserção da ideia socioambiental no ambiente de trabalho.

Ketlin demonstra entusiasmo ao falar sobre a Esplanada Sustentável. “Com esse projeto, vamos receber de volta 50% do valor de tudo que nós economizarmos. Os gestores vão poder reverter ao Tribunal, para a melhoria da infraestrutura”, explica.

Consumo consciente e colaborativo

Por meio de um canal de comunicação entre os servidores e os ecoparceiros, você pode fazer sugestões ou reclamações sobre determinado produto, e o ecoparceiro de sua área vai sugerir sobre a eventual necessidade de trocar a empresa fornecedora.

O chefe da Seção de Copa, Hernandes Brasil, destacou a função dos ecoparceiros na administração do STJ. “Os ecoparceiros são pessoas que têm compromisso com a questão ecológica. Depois que o socioambiental foi nas seções, fez sua exposição e a explanação de gastos, logo as pessoas que lideravam seus setores se colocaram como ecoparceiros e adotaram as medidas que o Socioambiental sugeriu”, afirma.

O Programa de Responsabilidade Socioambiental trabalha com diversas áreas do STJ para diminuir o consumo desenfreado. Um bom exemplo de conscientização é no momento de solicitar material de consumo.

Para fazer o pedido de material de consumo o gestor tem de informar no pedido qual o saldo disponível em estoque e justificar a necessidade para o almoxarifado liberar os itens pedidos, disseminando assim o consumo consciente e colaborativo.

Conforme explica o chefe da Seção de Controle de Consumo de Material (SEPCO), Lucimar de Oliveira, “o papel do socioambiental no

processo de escolha desse material se desenvolve em três fases: a compra de bons produtos e com critérios de sustentabilidade; as visitas nas unidades e apresentação do consumo real; e o descarte do material. Após essa explicação, as pessoas entendem que são parte do processo”, afirma.

A conscientização dos servidores é de extrema importância para fazerem parte do consumo consciente e colaborativo. Ketlin convida os servidores a participar mais das ações do Programa de Responsabilidade Socioambiental: “Venha fazer

parte dessas campanhas conosco, traga boas ideias, faça suas sugestões e críticas, ajude-nos a trabalhar melhor por vocês”.

O STJ se destaca por ter uma campanha bastante atuante na área ambiental e é o primeiro a ter a política de consumo consciente e colaborativo entre os órgãos federais. Faça também parte desse esforço. Ajude a economizar e a reduzir os gastos da gestão pública.

Flávia Ferrer
ferrer@stj.jus.br



Ketlin Feitosa: Campanhas de conscientização ajudam a reduzir despesas do Tribunal.

Informe-se • Jornal de Comunicação Interna do Superior Tribunal de Justiça (STJ)

Presidente: ministro Felix Fischer • **Secretário-geral da Presidência:** André Luiz Salge Pereira • **Diretor-geral:** Mauricio Antonio do Amaral Carvalho
Secretário de Comunicação Social: Armando Cardoso • **Coordenadora de Editoria e Imprensa:** Regina Célia Amaral • **Editora do Informe-se:** Regina Célia Amaral • **Revisão:** Hélio Ramos • **Diagramação:** André Sette/CPRV • **Impressão:** Seção de Reprografia e Encadernação • **Tiragem:** 3 mil exemplares
Contatos: (61) 3319-8592 / informe-se@stj.jus.br